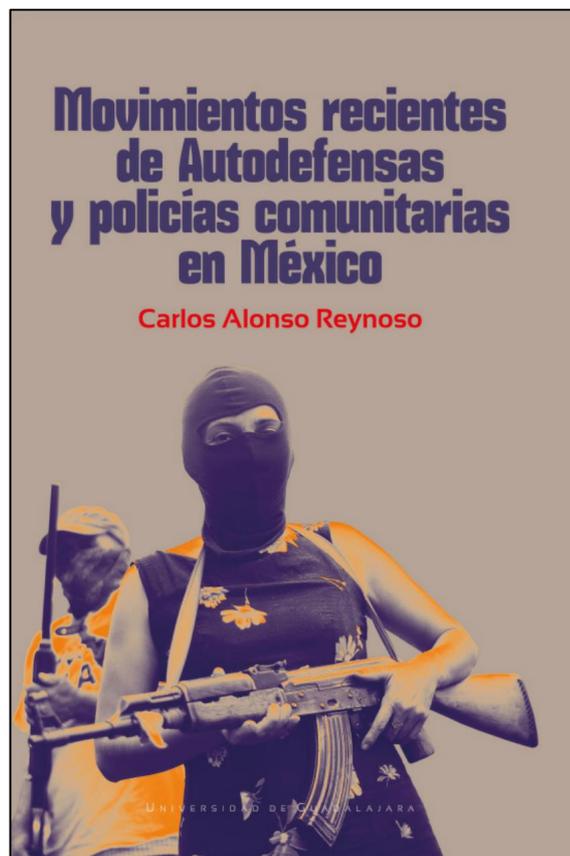


**RESENHA**

**MOVIMIENTOS RECIENTES DE AUTODEFENSAS Y POLICIAS  
COMUNITÁRIAS EN MÉXICO (2018)**

**MOVIMENTOS RECENTES DE AUTODEFESA E POLÍCIA COMUNITÁRIA NO  
MÉXICO**

Oswaldo Samuel Costa Santos<sup>1</sup> <https://orcid.org/0009-0007-5605-3944>



O livro - *Movimientos recientes de Autodefensas y policías comunitarias en México*<sup>2</sup> de autoria de Carlos Alonso Reynoso<sup>3</sup> de 2018 está organizado a partir da introdução, cinco

<sup>1</sup> Mestrando em Geografia – PPGeo - Unimontes. Bolsista FAPEMIG. E-mail: [samuelrisca@gmail.com](mailto:samuelrisca@gmail.com)

<sup>2</sup> Este libro fue financiado gracias al apoyo del programa (PROSNI-2018): Programa de Apoyo a la Mejora en las Condiciones de Producción de los Miembros del SNI y SNCA del CUCSH, registrado con el número: 11723479.

<sup>3</sup> Médico egresado de la Universidad de Guadalajara. Maestro en Ciencias de la Salud Pública con orientación en Epidemiología. Doctor en Ciencias de la Salud Pública. Profesor investigador del Centro Universitario de Ciencias Sociales y Humanidades de la Universidad de Guadalajara. Miembro del Sistema Nacional de Investigadores, Nivel I. Miembro Colegiado Titular del Colegio Jalisciense de Salud Pública. Ha escrito varios libros, capítulos de libro y artículos académicos sobre el movimiento zapatista y otros movimientos populares. Ha estudiado recientes pandemias y ha realizado análisis periódicos sobre el SARS-Cov-2. Disponible em: <https://alfarozapatista.jkopkutik.org/carlos-alonso-reynoso/>. Ver también Reynoso (2019).

capítulos, uma reflexão final e epílogo. Na Introdução faz uma abordagem sobre o conjunto do livro e do que são as autodefesas. No primeiro capítulo, intitulado - **Estado, violencia y movimientos Sociales**, situa o Estado, a violência e os movimentos sociais. No segundo - **Crónica de las Autodefensas en Michoacán**, apresenta a história das autodefesas em Michoacán. Já no terceiro capítulo - **Diversas visiones en torno a las Autodefensas michoacanas**, o autor situa diversas visões sobre as autodefesas de Michoacan. Enquanto que no quarto capítulo - **Policías comunitarias**, faz uma breve apresentação do que são policias comunitarias e as principais diferenças entre elas e as autodefesas. Por fim, no quinto e último capítulo - **Policías comunitarias guerrerenses**, descreve as policias comunitarias guerrerenses, ou seja, no território indígena. E, por fim, contempla na reflexão final aborda uma síntese do processo de consolidação das autodefesas no México.

A leitura do livro tem sua importância a partir de realidades de territórios que têm sido historicamente disputado em toda América Latina, ou seja, por intensos conflitos agrários a partir da disputa do território. Ainda faz referência sobre o controle territorial no que diz respeito aos grandes empreendimentos do capital na disputa dos bens da natureza. Por fim, o que vem crescendo são atuações de narcotraficantes, como no caso do México a partir dos cartéis, como paramilitares na Colômbia, e milícias no Brasil.

O texto aborda sobre os movimentos de autodefesas do México. E, nesse devir apresenta um contexto geral no país, a insegurança tomando conta do território mexicano, em determinadas regiões; ou seja, a violência chegar de todos os lados. Diante de um Estado que está longe de atender as demandas, diante das violências, sobretudo, de narcotraficantes, mas também o próprio Estado que promove a violência e a violação de direitos.

Em um país que tem história de guerra, revoluções, e muita violência, arrasta também uma capacidade de sobressair às condições adversas diante de conflitos territoriais e de violências.

Em janeiro de 2014 segundo o autor em Michoacan grupos se armaram e começaram a se defender combatendo grupos criminais, sobretudo, dos narcotraficantes. É importante situar que a violência do narcotráfico mexicano é extrema em meio a um Estado apático e poucas respostas frente a violência diante dos jovens nas famílias, de abuso de mulheres e assassinatos.

As autodefesas chegaram a afirmarem que teriam 25 mil homens em armas, com capacidade para chegar a 100 mil homens. Uma das primeiras atitudes dos grupos foram declarar que a guerra não era contra o governo, mas contra os cavaleiros templários cartela da região, ou contra quaisquer outros cartéis de drogas, muito comum no México.

Insistiam na defesa da liberdade e da paz. E afirmavam deixarem as armas quando Michoacan estivesse livre dos bandos criminosos. À medida que as autodefesas vão acumulando forças crescendo, vão com passar do tempo se legalizando, sendo identificados os líderes que conduziam o processo, e o Estado passa a burocratizar as ações, e ainda passa a comprimir e reprimir as ações dos grupos. A própria legalização das forças vão impossibilitando de atuar conforme faziam quando iniciaram.

Assim, o autor vai analisando as várias cidades de estados em que as forças vão reagindo à medida de falta de respostas as violências e abusos dos grupos de narcotraficantes. Quando os cartéis dominavam determinadas regiões passam a expropriar terras, casas nas áreas urbanas, um poder no território que vai além do próprio tráfico de drogas e armas.

A ação de autodefesas desperta olhares e avaliações externas, tais como organizações guerrilha da colombiana que comparavam o processo de constituição das autodefesas no México com Paramilitarismo na Colômbia, mas era bem diferente desde o processo de conformação e motivação dos grupos.

Os zapatistas por outro lado não se identificavam com os grupos que não tinha como fundamentação uma organização popular ou movimento social, que se caracterizam nas transformações sociais, de direitos e territórios. Uma das lideranças michoacanas defendia que teriam que se constituir como movimento social para alcançarem direitos efetivos.

À medida que as autodefesas vão crescendo vão se infiltrando também criminosos em meio à população e distorcendo muitas das ações dos grupos, além de ter um conhecimento de como funcionava por dentro das autodefesas.

No capítulo 4 do livro o autor passa apresentar as polícias comunitárias como um processo que podem se assemelhar, mas são muito diferentes da organização zapatista. Nessa construção histórica se percebe por parte das comunidades indígenas principalmente a partir de seus costumes, e dos conselhos construção de um processo de autonomia. Em pauta com os governos federal e estadual solicitaram uma nova estrutura de controle territorial.

Em um comunicado aos povos indígenas e seus territórios de todo país, apontavam que o caminho era autonomia e autodeterminação dos povos. A partir daí constituíram seus grupos de segurança, e ordem, a aplicação de leis próprias e da justiça indígena para defesa do território e dos recursos naturais.

Expressavam a partir da história mexicana que mesmo antes da Revolução Mexicana comuneros e indígenas cuidavam da segurança e da justiça em seus territórios.

Nesse levante dos povos o autor cita Cherán em Michoacan que o próprio povo se armou, com pau, pedra e facão, diante da violência de criminosos, cansados de extorsões, assassinatos, e a clandestinidades em seus bosques. Assim, se levantaram armados e repudiaram a forma que conduziam os governos e partidos políticos.

Era um trabalho voluntário sem salário, não tinha em si uma forma organizativa, mas quando podiam, todos faziam parte do processo. Conduziram um processo de segurança a vinte e sete mil habitantes.

A partir da implementação de segurança dos territórios, era evidenciada também a complacência dos órgãos de Estado que deveriam cuidar da segurança, não combatiam os grupos criminosos de narcotraficantes, mas estavam também num emaranhado entre poder público, partidos, e grupos de delinquentes.

A suprema corte do México reconheceu em 28 de maio de 2014 o Governo Comunal Municipal de Cherán, também foi aprovado pelo congresso de Michoacan e publicado pelo poder executivo. Diante do texto:

La comunidad de Cherán há advertido que em lãs comunidades indígenas no solamente se luchaba por la autodefensa, sino contra todas las formas de intervención, como los proyectos extractivos que divían a las comunidades, las familias y los habitantes. Para referirse a los sucesos de Michoacán, donde grupos de autodefensa batallaban para expulsar al grupo criminal de los templários, los de Cherán dijeron que respetaban las decisiones de cada comunidade en su caminho para liberarse, y que ellos no les debían decir a los demás que tenían que hacer (vários autores, 2017). (REYNOSO, 2018, p. 77).

A autodeterminação dos povos sobre seus territórios vai além da violência e da segurança, mas, sobretudo, do controle dos territórios e da vida.

Diante de um Estado frágil no contexto histórico atual, há um crescente processo de corrupção nos estados latino-americano, com recursos naturais, são economias, todavia

agrária, consideradas subdesenvolvidas, e que têm servido ainda aos países desenvolvidos, extrativistas como fontes de extração de riquezas minerais, e naturais. Tem se consolidado intervenções nos territórios, nas disputas políticas inclusive eleitorais, diversos grupos de carteis, de paramilitares, e também milícias. Esses grupos passaram a dominar determinadas regiões, com opressão e violência, assassinato e diversas ações criminosas restaram ao povo rebelar-se se organizar e combater, diante de uma apatia dos aparatos do Estado para defender o povo.

## REFERÊNCIAS

REYNOSO, Carlos Alonso. **Movimientos Recientes de Autodefensas y Policias Comunitarias en México**. Guadalajara: Universidad de Guadalajara y Centro Universitario de Ciencias Sociales y Humanidades, 2018.

\_\_\_\_\_. Movimientos recientes de Autodefensa y policias comunitarias en Mexico. **Espacio Abierto**, 27(4), 223-225. Recuperado a partir de <https://produccioncientificaluz.org/index.php/espacio/article/view/29751>

---

**Artigo recebido em: 10 de agosto de 2023.**

**Artigo aceito em: 25 de setembro de 2023.**

**Artigo publicado em: 25 de setembro de 2023.**